PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Trata-se de Projeto de Lei nº. 003/2025, o qual "DECLARA UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO AS FAMILIAS DE ARAGOMINAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O autor do projeto, apresentou justificativa, em suma, com a seguinte ênfase: "*primordial declarar de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária de Apoio às Famílias de Aragominas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.435.501/0001-02, com sede na Rua Tocantins n. 171 Centro, neste Município de Aragominas-TO. A concessão do título de Utilidade Pública Municipal a entidades como a Associação Comunitária de Apoio às Famílias de Aragominas é um ato de reconhecimento por parte do Poder Público da relevância e do impacto positivo que tais instituições exercem na comunidade local.*"

O projeto de lei ordinário foi lido em plenário, para a devida publicidade na sessão ordinária de novembro de 2025.

Após regular tramitação regimental, encaminhou-se as comissões para exarar parecer em controle de constitucionalidade e legalidade.

Do ponto de vista, de sua iniciativa encontra-se perfeitamente adequado, uma vez que de alçada do Poder Legislativo de Aragominas, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, na forma do art. 16, inciso I, da nova Lei Orgânica.

Como se denota, o projeto sob análise atende as exigências legais, sobre declaração de utilidade pública a associação.

O presente projeto de lei é compatível com o ordenamento jurídico, logo, por se tratar de matéria proposta por meio de projeto de lei ordinário, posto que, consta no rol do art. 6º da Lei Orgânica do município de Aragominas.

Para tanto, o projeto é constitucional, sem vício de forma ou origem, atendendo ao que dispõe a legislação pertinente, sendo de competência do Poder legislativo dispor sobre matéria de interesse local, como a declaração de utilidade pública de associação.

A presente proposição encontra-se nas Comissões, em atendimento as disposições do art. 58, § 1º do Novo Regimento Interno para emissão de PARECER sobre a matéria em análise, sob os aspectos a serem analisados em sua legalidade, constitucionalidade e termos regimentais, as quais salvo melhor entendimento, encontram-se dentro das normas.

Ressalta-se que para sua aprovação deve ser observado o regramento do Regimento, a qual exige quórum de voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara, nos termos do caput do art. 133, do Regimento Interno.

Portanto, atendidos os fundamentos legais e às normas formalísticas da técnica legislativa, a presente Comissão vislumbra o presente projeto como CONSTITUCIONAL, manifestando PARECER FAVORÁVEL à tramitação regular do referido projeto nesta Casa de Leis.

S. M. J.

É o parecer sujeito à apreciação e deliberação do Plenário desta Casa Legislativa.

Aragominas/To, 06 de novembro de 2025.

Membros:

Marciel Fernandes Nogueira
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Alex Vasconcelos Sodré
Relator Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Abcélio Pereira Santana
Membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação